



Três Marcos de Sergipe Colonial: 1575, 1590 e 1637

Francisco José Alves¹

Resumo:

O artigo focaliza três episódios da História de Sergipe Colonial: a “Conquista Espiritual” de Sergipe (1575); a “Guerra de Sergipe” (1590); e a invasão de São Cristóvão-SE pelos flamengos (1637). Com base, sobretudo, em testemunhos coevos, reconstitui estes eventos significativos da Colonização de Sergipe.

Palavras-chave: Colonização; Sergipe; Jesuítas.

Abstract:

This paper focus on three episodes of Sergipe Colonial History: “The Spiritual Conquest” of Sergipe (1575); “Sergipe War” (1590); and the invasion of São Cristóvão-SE by the Flemings (1637). Based mainly on coeval witnesses, it recomposes those remarkable events of Sergipe Colonization.

Keywords: Colonization; Sergipe; Jesuit.

177



1 Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília. Graduado em História pela UFS. Professor Associado do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Email: fjalves@infonet.com.br



No passado colonial de Sergipe, destacam-se três episódios. Reportemos cada um deles.

•1575: a “Conquista Espiritual” de Sergipe

O início da catequese católica em Sergipe ocasionou um testemunho precioso. Falo da “Carta de Tolosa” – espécie de certidão de nascimento da cristianização dos índios sergipenses no ano de 1575. A missiva foi encontrada por João Capistrano de Abreu (1853-1927) e esta passou para Felisbello Freire (1858-1916). O historiador sergipano a incluiu em sua *História de Sergipe*, vinda à luz em 1891.² Nos inícios dos novecentos (1907), Guilherme Studart (1856-1938) publicou parte do texto quinhentista.³ Entre nós, a carta do jesuíta foi também editada por Luiz Antônio Barreto, insigne investigador das coisas sergipenses e a quem a nossa cultura muito deve.

Não se tem notícia, até onde sei, do original do documento. Todavia, cópia do século 16 consta no acervo dos manuscritos da Biblioteca Nacional, em Lisboa, Portugal, sob o “endereço” arquivístico “FG 4532, folhas 161-167”. A parte dedicada a Sergipe está nas folhas 162 a 167. A cópia quinhentista até hoje não teve a merecida edição pautada pelos rigores da Paleografia e da Diplomática, ciências capitais na publicação das fontes históricas. Assim sendo, circula entre nós a transcrição traduzida do já citado Felisbello Freire, de fins do século antepassado (1891).

O autor da carta é o Padre Inácio de Tolosa (1533-1611). O jesuíta de origem espanhola, veio para o Brasil em 1572 e aqui permaneceu até a sua morte. Na Bahia, foi provincial da Companhia de Jesus, mestre dos noviços, professor de filosofia, reitor do colégio. Na quadra de 1583 a 1591 foi também reitor do Colégio do Rio de Janeiro, veio a falecer em 22 de setembro de 1611, aos 78 anos de idade.⁴ O destinatário da missiva é o “General da Companhia Jesus”, na época o Pe. Everaldo Marcuriano (1514-1580), ocupante do cargo entre 1573 e 1580.

A carta do Pe. Inácio de Tolosa relata, com minudências, os feitos catequéticos dos padres Gaspar Lourenço, Luiz da Grã e Francisco Pinto nas terras situadas entre o Rio Real e o São Francisco, setenta e cinco anos após o “descobrimento” do Brasil.

A parte do nosso interesse tem início com o autor anunciando claramente o seu intento: “Agora vou contar a Vossa Paternidade o quê até aqui há sucedido na missão de Gaspar Lourenço”. O documento de Tolosa aborda os seguintes tópicos: convite dos indígenas do Rio Real aos padres jesuítas, a viagem da Bahia (diga-se, Salvador) até o rio Real, a fundação da

2 FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 71-76

3 STUDART, Guilherme. *Documentos interessantes para História do Brasil especialmente do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Studart. 1904-1921.

4 VIOTTI, Hélio. A Introdução Geral. In: ANCHIETA, José de. *Cartas*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1984. p. 9-52, citação, p. 36-37



“aldeia de São Tomé”, a criação das aldeias de Santo Inácio e de São Paulo, o envio a Sergipe do Pe. Francisco Pinto e Luiz da Grã.

Consideremos alguns aspectos do episódio marcante...

O inaciano inicia a sua carta tratando dos antecedentes da missão jesuíta nas terras além Rio Real. O envio dos padres deveu-se – conforme ele – a um convite dos índios solicitando que os jesuítas enviassem padres para catequizá-los. O convite indígena ocorreu no governo de Luiz de Brito de Almeida, ou seja, entre 1573 e 1574. O então governador junto com os padre Gaspar Lourenço e o irmão (não sacerdote) João Salônio enviou também “um capitão com alguns homens brancos”, com o fito de fundar uma “povoação” nas terras pacificadas pela cruz. Quer dizer, junto ao braço religioso da colonização, a força militar. Assinala o missivista que até então os índios do Rio Real viviam em guerra contra os portugueses. É de se perguntar: o quê esconde o convite dos índios sergipanos?

Dando continuidade ao seu relato, o Pe. Inácio de Tolosa fala da viagem à aldeia de Santo Antônio, da Bahia até o Rio Real. Além do Pe. Gaspar Lourenço e do irmão João Salônio, do séqüito missionário faziam parte “mais de vinte índios”. Já catequizados oriundos da aldeia baiana. A viagem – sempre conforme Tolosa – ocorreu sem maiores incidentes. Jornada regada com muita ladainha com “grande paz e alegria”. O de comer era colhido pelos devotados índios. Ao chegar ao rio Real, em 28 de fevereiro, os religiosos após “aposentar” o capitão em “lugar apto” rumam para uma aldeia indígena a seis léguas dali. Tolosa não informa se a viagem fez-se pela beira mar ou pelo sertão. Todavia muito provavelmente, foi pela marinha. Se assim foi, o séqüito missionário chegou em fins de fevereiro em terras do município sergipano de Indiaroba onde está a foz do rio Real...

Tópico a ocupar muito a atenção do missivista é a fundação da aldeia de São Tomé no contexto da primeira expedição missionária às terras de Sergipe. Tolosa dedica ao tema alguns parágrafos da sua carta relatório. Fica difícil, em primeiro lugar, precisar a localização, na geografia atual, da missão matrerial do movimento catequético em Sergipe. Os especialistas têm dado tratos à bola no sentido de esclarecer o local da “aldeia de São Tomé”. Nos municípios de hoje, onde ficava a citada aldeia? O documento quinhentista é muito lacônico quanto a isto. Diz somente que tal sítio estava “seis léguas” após o Rio Real. Não esclarece se tal ponto ficava após a foz do já citado rio ou se ele estava a seis léguas da foz em direção ao sertão. Na primeira hipótese, a aldeia ficaria no atual município de Santa Luzia. Na segunda alternativa, em Indiaroba. É uma questão em aberto a aguardar solução pela arqueologia histórica.

Com o fito de difundir entre os indígenas a “lei de Deus”, os dois jesuítas levantam em terras de Sergipe a “aldeia de São Tomé”. Na verdade, - conforme Tolosa – a aldeia já preexistia à chegada dos religiosos. A vinda dos missionários veio somente trazer a ela algumas transformações: uma



igreja devotada ao discípulo incrédulo, uma casa para morada dos padres e uma cruz de “alguns oitenta palmos, mui formosa”. Temos aí os sinais visíveis da cristianização dos silvícolas, as marcas da catequese católica no meio indígena, até então, pagão. A estes aparelhos da civilização acrescenta-se uma “escola dos moços” criada e conduzida pelo diligente João Salônio, primeiro professor de Sergipe colonial. A “aldeia de São Tomé” passa a ser uma espécie de ponta de lança da catequese ou um quartel general do movimento da cristianização dos silvícolas sergipenses.

A fundação da “aldeia de São Tomé” desencadeia, na opinião de Tolosa, um verdadeiro surto religioso entre os índios tupinambá. É com extremo fervor que os nativos recebem as novas do evangelho católico. Os religiosos não tinham sossego. Estavam sempre a pregar, confessar e dizer missas. Ereta a igreja, o cacique da aldeia, exaltado, faz longa arenga dizendo da sua felicidade em ter em seus domínios uma igreja de Deus. É ainda na aldeia de São Tomé que o Pe. Gaspar Lourenço recebe a visita do famoso Surubim – chefia indígena sergipano e outros caciques “do Rio de São Francisco e de outras partes”. Surubim, conforme o missivista, vem solicitar que o Pe. vá morar em sua aldeia. O chefe volta a sua aldeia impressionado com a boa fala do inaciano.

Depois de haver convertido a aldeia de São Tomé, o Pe. Gaspar Lourenço se encaminha para a “aldeia de Surubim” que será batizada como “aldeia de Santo Inácio”. A cena do encontro entre o missionário e o chefe índio é descrita com minúcia na carta de Tolosa. Ao que parece, Surubim quis testar a paciência dos brancos. O padre e sua comitiva ficaram em pé, diante dele, confortavelmente instalado em sua rede, silencioso, durante horas “sem falar-lhes uma só palavra”. Após a inusitada recepção, o líder indígena deu de comer aos religiosos. Estes fazem longa pregação e os índios acodem dizendo que “folgavam [quer dizer, alegravam-se] muito com a sua vinda e que queriam igreja”. A “aldeia de Santo Inácio”, como a de São Tomé, é de imprecisa localização pela carta. Tolosa revela apenas que ela estava situada “a dez ou doze léguas da [aldeia] de São Tomé”.

Outro evento descrito pelo Pe. Inácio de Tolosa é a fundação da “aldeia de São Paulo” pelos seus companheiros da Companhia de Jesus. Como as outras, a localização de tal pólo da catequese jesuíta em solo sergipano é vaga. O missivista diz somente que a “aldeia de São Paulo” é “póstera” a todas, ou seja, ficava depois das aldeias de São Tomé e Santo Inácio. Onde exatamente não é possível discernir com base no texto ora examinado. O missivista assinala, todavia, que tal aldeia estava “junto do mar” e que, como as demais, teve igreja e cruzeiro. Os índios aldeados em São Paulo foram arrebanhados de duas ou três aldeias das cercanias da “aldeia de Santo Inácio”. Agregar índios de aldeias ou mesmo etnias distintas foi prática comum na atuação missionária da época. Na visão do catequista, era vital cortar pela raiz o nomadismo indígena e fixá-los numa comunidade sob a autoridade vigilante de um missionário cuidadoso.



Por fim, Tolosa narra o envio do Pe. Luiz da Grã e de Francisco Pinto para auxiliar, na missão de Sergipe, os seus companheiros Gaspar Lourenço e João Salônio, há meses plantando a Cruz entre silvícolas sergipenses. O Pe. Luiz da Grã é retratado pelo autor como possuidor de “muita experiência na conversão destes índios”. Já o Pe. Francisco Pinto - no dizer de Tolosa - é “Pe. velho, de mais de cinqüenta anos”, mas dotado de uma habilidade de muito préstimo na tarefa da catequese dos tupinambá: era “língua”. Isto é, intérprete da língua dos índios. Sobre a atuação missionária de Francisco Pinto e Luiz da Grã em Sergipe a “carta de Tolosa” nada revela. Fala, todavia, da alegria dos índios e dos outros religiosos com a chegada de mais reforço humano para os trabalhos da cristianização dos nativos sergipanos.

Tema freqüente na “carta de Tolosa” são as adversidades enfrentadas pelos primeiros jesuítas na empresa da catequização dos silvícolas sergipanos. Aqui comparece o “demônio” como o grande antagonista da tarefa salvadora dos padres. O Pe. diz claramente: “vendo o demônio tão bons princípios na conversão daqueles gentios (...) começou a levantar as tempestades acostumadas”. Para tal o “inimigo” se vale de muitos artificios. O mais grave deles foi um “escravo” [índio] fugitivo dos brancos da Bahia que disseminou entre os gentios de Sergipe a cizânia da desconfiança. Dizia ele que não confiassem nos brancos e que, após os jesuítas, viriam os soldados para levá-los presos e cativos para a Bahia. Estes índios quase põe a perder toda a pregação dos missionários... . Outro estorvo à ação missionária foi os “brancos” que os acompanharam na missão. Estes só queriam escravizar os índios e tomar suas mulheres e filhas como “mancebas”, isto é, amantes.

Vê-se assim, que antes da conquista militar os indígenas de Sergipe foram vencidos pela cruz.

•1590: a “Guerra de Sergipe”.

Outro episódio significativo para a História de Sergipe Colonial é a Conquista militar de Sergipe. Noticiemos o fato tomando como base o que nos informa Frei Vicente do Salvador.

Somente em fins do século 16 (1590) foi Sergipe efetivamente incorporado ao império colonial português. É a “guerra de Cerezipe” de que fala os documentos da época e que marcou, por longo tempo, o imaginário dos baianos realizadores de tal empreita. Da “guerra de Cerezipe”, traz relato circunstanciado frei Vicente do Salvador, nome religioso de Vicente Rodrigues Palha (1564-1697), em sua *História do Brasil*, finalizada, conforme os peritos, no ano da graça de 1627. A história do frei franciscano traz um capítulo específico sobre a conquista militar de Sergipe: “Da guerra que Cristóvão de Barros foi dar ao gentio de Cerezipe”. Na anarquia ortográfica da época era esta uma das formas de escrever o topônimo pátrio.

Frei Vicente do Salvador, até onde se sabe, não foi uma testemunha ocular da “guerra de Sergipe”. Todavia, o seu relato, conforme a opinião dos especialistas, é merecedor de crédito pois parece calcado na tradição oral





corrente no seu tempo e ainda no testemunho daqueles que participaram dos sucessos narrados. Quanto à “guerra de Sergipe”, a narrativa do cronista é tão viva e detalhada que parece haurida dos protagonistas da aludida façanha.⁵ Além disto, o relato do frei Vicente do Salvador é um dos únicos testemunhos da época que chegaram até nós. Infelizmente não se tem notícia de carta ou narrativa redigida no calor da hora, digo da guerra.

Consideremos o que revela o cronista sobre o sangrento batismo civilizatório de Sergipe.

Iniciando o relato, o frei Vicente do Salvador apresenta os motivos para a conquista militar do território sergipense. No entender do religioso, o fato tem uma tríplice motivação. Estando à frente do governo da Bahia, Cristóvão de Barros queria vingar-se dos índios de “Ceregipe” pela traição à confiança do governo baiano. Anos atrás, os índios de Sergipe haviam solicitado aos jesuítas de Salvador o envio de padres para catequizá-los. Confiantes na boa intenção dos silvícolas os baianos atenderam ao pedido e enviaram a Sergipe missionários acompanhados de “trinta soldados brancos e mamelucos”. Ardilosamente, tais emissários “foram todos mortos como ovelhas ou cordeiros” no dizer apiedado do frei baiano. Tal fato ocorreu quando do governo de Manuel Teles de Barreto, ou seja, entre 1583 e 1587.

Assim sendo, os silvícolas de Sergipe haviam ferido a honra baiana. Agora, com licença do rei, era o tempo da desforra. Além do mais, Cristóvão de Barros também queria vingar-se dos nativos sergipanos uma ofensa muitíssimo pessoal: a morte e devoração do seu pai, Antônio Cardoso de Barros, junto com comitiva do bispo Dom Pero Fernandes Sardinha, nos baixios de Coruripe, Alagoas, no ano de 1556. Os índios de toda região eram, na visão do filho, responsáveis pelo fim desonroso do seu pai.

Por fim, o cronista revela uma outra motivação dos baianos para empreender a conquista militar de Sergipe: “Os homens desta terra [da Bahia] e alguns de Pernambuco” almejavam, com a conquista, “trazer muitos escravos”. Vê-se que a empresa tinha poderosas razões: aplacar a sede de vingança e, ao mesmo tempo, ganhar farta mão-de-obra.⁶

Continuando o relato, o religioso aborda a composição militar da expedição. A “guerra de Sergipe” teve, para época, proporções consideráveis. Chefiava a vanguarda o capitão Antônio Fernandes e retaguarda o capitão Sebastião Faria. Os dois chefiavam os homens que se dirigiam a Sergipe pela beira mar. Já os irmãos Rodrigo Martins e Álvaro Rodrigues rumaram para cá “pelo sertão”, acompanhados de “cento e cinquenta ho

5 RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1979. p. 489-494.

6 SALVADOR, Frei Vicente do. “Da Guerra que Cristóvão de Barros foi dar ao gentio de Cerezipe”. *História do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Edusp, 1982. Livro IV, capítulo 20, p. 253-255.



mens brancos e mamelucos”, acrescidos de “mil índios”. Ao final, a tropa contava com “perto de três mil flecheiros”, na contagem do frei Vicente.⁷

Não estranhe o leitor a presença de índios numa guerra contra outros índios. Ao longo da fase colonial, índios aldeados pelos religiosos constituíram a principal força militar das guerras dos brancos. Os silvícolas foram usados contra outros índios ou contra negros aquilombados, de forma constante.

Prosseguindo a sua narrativa, o frei Vicente do Salvador descreve os feitos da guerra. Em cores vivas, pinta-nos um retrato sangrento dos acontecimentos. As batalhas decisivas, segundo o cronista, ocorrem entre 23 de dezembro de 1589. (“Véspera da véspera do Natal”) e a noite do “ano bom”, ou seja, primeiro de janeiro de 1590. Numa refrega inicial os homens de Cristóvão de Barros matam seiscentos (600) índios, em seguida, trezentos (300). No conflito final, na noite de “ano novo”, os expedicionários liquidam mil e seiscentos índios (1600) e, obtém como ansiado troféu, quatro mil índios (4000) escravizados. Era o fim trágico da conquista do território sergipense. A inserção compulsória de Sergipe nos quadros da civilização branca e cristã...



O cronista, embora identificado com os de sua “raça” e “credo”, não deixa de registrar a bravura de **Baepéba**, chefe tupinambá sergipano e seus comandados. Fala das “nuvens de flechas” com que os nossos índios atacaram os invasores, ávidos por terra e força de trabalho.⁸

Descritas as batalhas, o cronista franciscano volta-se para o destino de Sergipe após o feito belicoso. “Alcançada a vitória e curados os feridos - diz frei Vicente - Cristóvão de Barros dá início ao processo de colonização”. Conforme os termos do autor, o chefe militar “fez repartição dos cativos e das terras”. Coube a ele, em primeiro lugar, como despojo da conquista, “uma grande fazenda de currais de gado”. Tem início a fase pecuarista da economia sergipana. A novel capitania torna-se fornecedora de gado vacum para os engenhos da Bahia e Pernambuco bem como abastecedora de carne.⁹ Configura-se assim a função das terras de Sergipe: economia auxiliar da Bahia e de Pernambuco. Curral de baianos e pernambucanos.

No mesmo capítulo; o cronista franciscano assinala as vantagens advindas com o domínio de Sergipe. Conforme o autor, a dominação das terras de Baepéba veio por fim à presença dos franceses por nossas paragens. Terminou a fase na qual os navegadores franceses vinham para cá “carregar as suas naus de pau Brasil, algodão e pimenta da terra”. Um outro ganho da conquista foi franquear o caminho entre Pernambuco e a Bahia. Antes disto - assegura frei Vicente do Salvador – “Ninguém ca-

7 SALVADOR, Frei Vicente do. “Da Guerra que Cristóvão de Barros foi dar ao gentio de Cerecipe”. *História do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Edusp, 1982. Livro 4, capítulo 20. p.253-5.

8 SALVADOR, Frei Vicente do. “Da Guerra que Cristóvão de Barros foi dar ao gentio de Cerecipe”. *História do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Edusp, 1982. Livro 4, capítulo 20. p.253-5.

9 SALVADOR, Frei Vicente do. “Da Guerra que Cristóvão de Barros foi dar ao gentio de Cerecipe”. *História do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Edusp, 1982. Livro IV, capítulo 20, p. 255.



minhava por terra que o não o matasse e comessem os gentios”. Desta forma, a conquista de Sergipe significou a expansão dos tentáculos da colonização portuguesa em terras do Nordeste. A “guerra de Sergipe” deu cabo ao enclave indígena e francês entre o rio Real e o São Francisco.¹⁰

•1637- A invasão de São Cristóvão-SE pelos Flamengos

O terceiro episódio marcante de Sergipe Colonial é a chamada Invasão Holandesa.

A presença holandesa no Nordeste brasileiro (1624-1654) é fato amplamente conhecido e estudado. Sobre o assunto temos alguns trabalhos clássicos. Dentre eles, vale destacar, limitando-se ao século passado, em ordem de antiguidade: *Civilização Holandesa no Brasil* (1940), de José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro; *Tempo dos Flamengos* (1947), de José Antônio de Gonsalves de Melo; *Formulas Políticas do Brasil Holandês* (1971), de Mário Neme e, por fim, os trabalhos de Evaldo Cabral de Mello: *Rubro Veio* (1987); *Olinda Restaurada* (1998) e *Negócio do Brasil* (1998).

A situação não é similar quanto a Sergipe. A pesquisa sobre a presença flamenga nas terras de DEL REY tem sido marcada pela repetição e pelo infimo apoio em fontes da época. Felisbello Freire, em sua *História de Sergipe* (1891), dedicou ao tempo flamengo três substanciosos capítulos, baseados nas crônicas de Gaspar Barlleus, Francisco de Brito Freire, Manuel Calado do Salvador, e no estudo de historiadores do século 19 como Francisco Adolfo Vanhagen e Robert Southey.

Depois de Felisbello Freire, a “invasão” holandesa tem sido revisitada pelos historiadores, mas, quase sempre, o texto do pesquisador oitocentista é glosado sem nada acrescentar de novo quanto ao episódio e sua interpretação. Uma exceção notável é o estudo de Luís da Câmara Cascudo, “Geografia de Sergipe no Domínio Holandês”, publicado na revista do Instituto Histórico de Sergipe, em 1942. O trabalho é uma exegese minuciosa de um mapa de Sergipe á época dos Flamengos .

Assim, a presença neerlandesa em Sergipe Del Rey, no século 17, está a reclamar uma nova síntese, baseada em testemunhos até agora inexplorados ou na revisita da documentação já compulsada pelos estudiosos deste tópico canônico, nos nossos estudos de história. Tarefa incontornável é reunir as crônicas da época bem como os documentos administrativos relativos a Sergipe no tempo dos Flamengos. É uma lacuna historiográfica que precisa ser preenchida. Caso contrário, a reconstituição desta fase da história sergipense continuará presa ao quadro pintado pelo fundador da historiografia científica de Sergipe, Felisbello Freire.

Sobre a tomada de São Cristóvão pelos holandeses em 1637, temos um precioso relato. Trata-se do *Diário de uma Estada no Brasil (1629-1640)*,

10 SALVADOR, Frei Vicente do. “Da Guerra que Cristóvão de Barros foi dar ao gentio de Cerezipe”. *História do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Edusp, 1982. Livro IV, Capítulo 20, p. 254.



do inglês Cuthbert Pudsey. Sobre o autor, sabe-se muito pouco. Conforme os editores do documento seiscentista, Pudsey foi um “indivíduo de certa ilustração”, e como muitos outros, foi um mercenário a soldo da Companhia das Índias Ocidentais, engajado nas guerras da conquista. O manuscrito do *Diário* foi comprado pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em 1947. Faz parte do acervo da divisão de Manuscritos, sob o tomo “L. 12. 3. 17.” É constituído de 36 fólios, escritos em inglês no verso e reverso, tendo ao fim a assinatura do autor.¹¹

A “invasão” militar de Sergipe pelos holandeses é relatada por Cuthbert Pudsey, em seu *Diário*, no reverso do fólio 28. O mercenário inglês dedica ao episódio quase toda a face do fólio, ao todo, 29 linhas manuscritas. Vale ressaltar, que se trata de uma evidência pessoal. O autor participou da façanha militar narrada. Foi testemunho visual e auditivo do evento aludido. A invasão de Sergipe é também relatada por outros documentos da época. Todavia, o relato de Pudsey sobressai entre eles, dado a sua condição de testemunho pessoal. Como advoga a Crítica Histórica, tais fontes, dentre as demais, merecem maior crédito.

Consideramos com vagar, as informações dadas por Pudsey sobre a tomada e semi destruição da capitania de Sergipe Del Rey no distante ano de 1637, ou seja, quarenta e sete anos após a sua fundação por Cristóvão de Barros e seus comandados. Inicialmente, o autor situa no tempo o fato relatado. Conforme ele, o episódio militar ocorreu no início do “mês seco”. Ou seja, no começo do verão de 1637. A escolha da época é decorrente, muito provavelmente, da impossibilidade de locomoção a pé pelo território cheio de alagados e pântanos. Conforme um estudioso do tema, a invasão holandesa em Sergipe ocorreu em 4 de dezembro de 1637.

Em seguida o mercenário informa-nos quanto ao efetivo terrestre que participou da “invasão”. Foram, segundo ele, “32 companhias”. “Companhia”, na linguagem militar, nomeia “tropa de infantaria sob o comando de um capitão”¹².

Fonte da época informa que o Príncipe João Maurício de Nassau, do lado Holandês, dispunha de cinco mil homens. Já o Conde Felício de Bagnuoli, líder das forças portuguesas, tinha somente mil e quinhentos homens de guerra. A superioridade holandesa é evidente, pois sua força militar era três vezes maior que a luso-brasileira¹³.

Prosseguindo, Pudsey fala da fuga do Conde de Bagnuoli e seu exército para a Casa da Torre, ou seja, o castelo de Garcia D'Avila, situado no

11 PAPAVERO, Nelson e TEIXEIRA, Dante Martins. Introdução. IN: PUDSEY, Cuthbert. *Diário de uma Estada no Brasil (1629-1640)*. Introdução e notas de Nelson Papavero e Dante Martins Teixeira. Rio de Janeiro: Petrobrás, 2000. p. 5-9.

12 WEIS FROG, Walter. *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. SP. Melhoramentos, 1998, p.544.

13 COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*. (1630-1638). Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. p. 138



atual município baiano de Mata de São João, na hoje chamada “Praia do Forte”. Vincenzo de San Filipe, o conde de Bagnuoli, foi um militar italiano a serviço dos portugueses na guerra contra os neerlandeses. Ele e seus comandados tentaram reaver as terras nordestinas sob o domínio dos holandeses. Em 1637 tenta chegar até Recife mas, frente à reação do inimigo foge para Alagoas, de lá para Sergipe e por fim para a Bahia.

O autor relata, sem delongas ou minúcias, o incêndio da cidade de São Cristóvão e do interior da então capitania de Sergipe. Escreve ele: “queimamos a cidade e o interior de Sergipe Del Rey.”. O incêndio proposital da cidade foi sobre modo facilitado dado a uma característica da nossa urbe primitiva. São Cristóvão era então uma “cidade de palha”. Documentos da época atestam a precariedade da nossa velha capital. Havia algumas edificações de “pedra e cal”, como se dizia à época. Todavia, o grosso das construções eram de taipa e palha. Excetuavam-se as igrejas, a casa da cadeia e câmara (Câmara Municipal, no dizer atual). Constituída, sobretudo, de palha seca, São Cristóvão ardeu com facilidade no cenário da guerra.

A infantaria de Pudsey prossegue a sua obra de destruição do território de Sergipe. O autor assegura que “diariamente” matava gado e incentivava plantações. Após quase destruir São Cristóvão, ruma em direção ao Rio Real e lá se ocupa em matar o gado e devastar a agricultura. Conforme outras evidências da época, os holandeses abateram três mil animais dos criadores sergipanos. Tal fato veio, na verdade, praticamente liquidar o plantel sergipense. Antes dos holandeses, Bagnuoli havia abatido cinco mil rezes e lavado à Casa da Torre oito mil cabeças de gado.

O autor revela o conjunto dos feitos de guerra praticados pelos holandeses em terras sergipenses. Sobre a destruição de São Cristóvão ele assinala: “Pusemos fogo na cidade com a finalidade de limpar a região dos seus habitantes.”¹⁴ Além disto, o mercenário revela a principal tarefa da sua companhia quando em Sergipe: “Queimar engenhos de açúcar e casas de moradia.” Pudsey também informa sobre o destino do gado bovino que havia sobrado: foi reunido “para ser enviado a Porto Calvo e Recife”. Era o despojo sergipano do feito militar.

O *Diário* de Cuthbert Pudsey é - como vimos - uma fonte preciosa sobre o feito dos holandeses em terras da capitania de Sergipe Del Rey. Ele nos permite ouvir a voz de um soldado de infantaria, agente da invasão, protagonista da História. Por meio dele, podemos sentir o palpitar da guerra. Pena que o mercenário inglês tenha dedicado ao fato somente uma página do seu manuscrito. Seja como for, Pudsey nos revela, um retrato vivenciado da “invasão” de Sergipe pelos flamengos.

14 PUDSEY, Cuthbert. *Diário de uma Estada no Brasil 1629-1640*. Tradução, Introdução e notas de Nélson Papavero e Dante Martins Teixeira. Rio de Janeiro: Petrobrás, 2000. p.123.